

Comunicado à imprensa

A ANDE – Associação Nacional de Dirigentes Escolares – entendeu divulgar, por este meio, as suas posições em relação às principais matérias que, nesta data, dominam a actualidade, em termos de educação, em Portugal.

Em primeiro lugar, a ANDE estranha e manifesta profunda preocupação pelo facto de haver diplomas legais, há muito anunciados pelo Ministério da Educação e com fortes implicações na programação do próximo ano lectivo, que ainda não chegaram às escolas. Referimo-nos, por exemplo, ao novo Estatuto da Carreira Docente, às alterações ao processo de avaliação dos Docentes, ao novo Estatuto do Aluno, às alterações curriculares no Ensino Básico e ao despacho de lançamento do próximo ano lectivo. Na realidade, o tempo útil para que as escolas tivessem conhecimento de todas estas alterações anunciadas pelo Governo já se esgotou há muito, uma vez que estão já em curso em todo o país os trabalhos de preparação do próximo ano lectivo. Neste momento, as Direcções das Escolas e dos Agrupamentos de Escolas estão num dilema profundo: ou começam a planificar o próximo ano lectivo com base nos diplomas legais em vigor, correndo o risco de serem obrigadas a rever toda essa planificação à luz dos novos diplomas que entretanto podem surgir; ou vão adiando, sem saberem até quando o podem fazer, as decisões na expectativa de que, entretanto, sejam publicados os diplomas já referidos. Acontece, porém, que qualquer uma das opções acarreta riscos e eventuais prejuízos para uma boa gestão dos estabelecimentos de ensino, o que poderia evitar-se com a comunicação atempada às Escolas das normas legais a observar na organização do próximo ano lectivo.

O Ministério da Educação está obrigado, pelo próprio calendário, a enviar às Direcções das Escolas, nos próximos dias, ou todos os diplomas atrás mencionados ou um comunicado oficial com o adiamento dessa entrada em vigor, sob pena de, não tomando uma atitude nem a outra, criar o verdadeiro caos nas escolas portuguesas.

A ANDE torna público, também, que sempre defendeu, junto da equipa ministerial, exactamente o contrário: as Escolas, depois de anos consecutivos de alterações, remodelações, revisões e outras reformas, necessitavam, nos tempos mais próximos, de estabilidade e serenidade para desenvolver um trabalho cada vez com mais qualidade em prol dos alunos que frequentam o sistema público de ensino no nosso país. Constatamos que, ao invés de criar essas condições, o próprio Ministério da Educação está a fomentar a instabilidade, a intranquilidade nas nossas escolas. Os verdadeiros pilares do sistema educativo, neste momento, são as direcções das escolas e os professores que, contra ventos e marés, estão a conseguir, com nervos de aço e com enorme sentido de responsabilidade, desenvolver com a normalidade possível as actividades que as escolas estão obrigadas a assumir nestas alturas.

Por último, a ANDE quer manifestar a sua frontal oposição em relação ao momento e à forma como a administração educativa está a desenvolver o processo de reorganização da rede escolar, em particular no que diz respeito à fusão de escolas e de agrupamentos de escolas. A questão da verticalidade e da sequencialidade, mencionadas na resolução do Conselho de Ministros, podem e devem ser consideradas a propósito desta matéria. No entanto, deve sublinhar-se que esses dois princípios não obrigam a que o processo de fusão de escolas se faça neste momento e com a correria desenfreada a que se tem assistido, um pouco por todo o país. Todo este processo de fusão de escolas

necessita de tempo para ser desenvolvido com um mínimo de assertividade. O tempo é aqui uma questão fundamental, pois só com tempo se pode avaliar com propriedade o contexto de cada fusão e as características peculiares de cada escola a fundir. Com tempo e com bom senso pode, por hipótese, encontra-se situações em que a fusão se justifique. Aliás, já existem agrupamentos de escolas no interior do país, há vários anos, que agregaram todos os alunos de um determinado concelho, desde o pré-escolar ao 12º ano. A novidade está na pressa e na ausência de critérios com que estas recentes fusões estão a ser desencadeadas. Impunha-se um processo desenvolvido com mais tempo, com mais transparência, mais participado e que respeitasse mais as pessoas e as instituições. Estão a ser cometidas autênticas atrocidades que deixarão marcas profundas nas comunidades educativas por muitos e maus anos. A poupança que esta medida representa em termos orçamentais, única justificação que se consegue adivinhar para o que está a acontecer, deve ser comparada com todos os prejuízos administrativos e pedagógicos que a mesma irá provocar. A ANDE não tem dúvidas de que era possível conseguir-se essa mesma redução de despesa com outras medidas que não acarretassem tantos malefícios para as escolas portuguesas.

A ANDE está, pois, muito preocupada com o rumo dos acontecimentos neste domínio, uma vez que é ao nível da qualidade administrativa e pedagógica das nossas escolas que, de facto, se vão sentir de forma mais nefasta as consequências destes processos de mudança mal explicados e desenvolvidos de forma muito precipitada.

A ANDE foi constituída, precisamente, para o contrário: trabalhar para que as escolas públicas portuguesas tenham cada vez mais qualidade. É nossa obrigação, portanto, denunciar as situações que nos parecem prejudicar gravemente essa qualidade.

O Presidente da Direcção da ANDE

Pedro Araújo.